

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.719 - RN (2019/0121197-2)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : PAULO ROBERTO PAIVA FERNANDES
ADVOGADOS : ANDRÉ FELIPE GOMES REGINALDO - RN008178
PEDRO HENRIQUE ARAUJO FERNANDES E OUTRO(S) - RN012775
RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DESVIO DE FUNÇÃO. AÇÃO RESCISÓRIA. ALEGADA VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. INDICAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA MAJORITÁRIA. NÃO CABIMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO E AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO. SÚMULAS 284 E 283/STF. AÇÃO RESCISÓRIA PARA CORRIGIR INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DE FATOS. INVIÁVEL. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por PAULO ROBERTO PAIVA FERNANDES, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, contra acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 366-376, e-STJ):

AÇÃO RESCISÓRIA. ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO. DESVIO DE FUNÇÃO A PROVEITO DO PRÓPRIO AUTOR. ALEGAÇÃO A VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. INDICAÇÃO APENAS DE JURISPRUDÊNCIA MAJORITÁRIA. NÃO CABIMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA.

1. Ação rescisória ajuizada por particular objetivando desconstituir acórdão da Segunda Turma que deu provimento à apelação interposta por instituição federal de ensino superior, negando ao autor direito a indenização por desvio de função, consistente no valor da diferença entre os vencimentos do cargo para o qual fora nomeado (auxiliar de administração) e os do cargo em que efetivamente exercia suas funções (médico, após a conclusão do curso de Medicina);
2. Hipótese em que, embora alegue e funde a ação rescisória na violação a literal dispositivo de lei, a parte só se preocupa em demonstrar afronta à jurisprudência majoritária e súmula do Superior Tribunal de Justiça;
3. Não havendo dispositivo legal ou constitucional que preveja expressamente o direito postulado, não se pode entender que o acórdão que lhe foi desfavorável tenha violado expressamente literal dispositivo de lei, a ensejar o manejo de ação rescisória. Estar-se-ia utilizando a rescisória como apelação, não prevista entre as hipóteses de cabimento elencadas no art. 966 (antigo art. 485) do CPC;
4. Além disso, noticiam os autos que o autor já respondeu a processo administrativo disciplinar justamente por acumulação ilícita de três cargos públicos, onde se defendera justificando que, embora fosse técnico em

Superior Tribunal de Justiça

administração na Universidade Federal, trabalhava como médico. Ou seja, defendendo a possibilidade de acumulação de cargos e sustentando-se justamente na atividade que efetivamente desenvolvia;

5. Logo, se houve desvio de função, resta evidente que ocorreu no interesse do autor, já que isso lhe permitiu a ocupação de outro cargo e emprego de médico na administração estadual e municipal, respectivamente. Admitir o recebimento de indenização pelo desvio de função seria premiá-lo, apesar da ilicitude de sua conduta. O conflito entre a vedação ao enriquecimento sem causa e a proibição de que se tire proveito da própria torpeza deve ser resolvido em prol da aplicação do segundo princípio;

6. Ação rescisória que se julga improcedente.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 426-429, e-STJ).

A parte recorrente aponta inicialmente violação dos arts. 489, § 1º, incisos IV e VI, § 2º, e 1.022, incisos I e II, ambos do CPC/2015, sob o argumento de que a Corte de origem "não se manifestou sobre a tese do Colendo Superior Tribunal de Justiça, firmada na sistemática do regime dos Recursos Repetitivos, de admitir a ação rescisória em casos como o em testilha, sendo até mesmo afastada a incidência da Súmula 343 do STF", bem como "a vedação ao enriquecimento ilícito do Estado, previsto em nosso ordenamento e ainda no art. 884 do Código Civil" (fls. 482-483, e-STJ).

No mérito, aponta divergência jurisprudencial quanto à violação dos arts. 7, 9, 10, 926, 927, incisos III, IV e V, 966, inciso V, ambos do CPC/2015; e 884 do Código Civil, argumentando que reconhecido o desvio de função do servidor, fará jus às diferenças salariais decorrentes, ao contrário do decidido na presente Ação Rescisória.

Contrarrazões apresentadas às fls. 520-524, e-STJ.

Decisão positiva de admissibilidade às fls. 526, e-STJ.

É o relatório. Decido.

De início, não se conhece da suposta afronta ao artigo 1.022, I e II, e 489, § 1º, IV, do CPC/2015, pois o Tribunal de origem apreciou a controvérsia com fundamentação suficiente, embora contrária aos interesses dos recorrentes. Ademais, conforme entendimento pacífico desta Corte, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

Nesse sentido, confira:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TARIFA DE SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO. ALEGADA OFENSA AO ART. 489, §1º, IV, DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, CONCLUIU PELA DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE NOVAS PROVAS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. IMPOSIÇÃO DE MULTAS. DESCABIMENTO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...)

III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "o enfrentamento dos argumentos capazes de infirmar o julgado, mas de uma forma contrária ao buscado pela parte, não caracteriza o defeito previsto no art. 489, § 1º, inciso IV, do CPC/2015" (STJ, AREsp 1.229.162/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/03/2018). No mesmo sentido: STJ, AgInt no REsp 1.683.366/MG,

Superior Tribunal de Justiça

Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/04/2018.

(...)

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.255.946/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 19/06/2018)

Em relação ao pedido de indenização por desvio de função, o Tribunal de origem afastou a pretensão autoral sob a seguinte fundamentação (fls. 373-374, e-STJ):

[...]

Por primeiro, é importante que se registre que o trânsito em julgado ocorreu na vigência do Código de Processo Civil de 1973, de modo que as hipóteses de cabimento de ação rescisória devem ser analisadas à luz do referido diploma.

Fixada tal premissa, penso que seria o caso de literal violação a dispositivo de lei, como a ação rescisória está fundada. No entanto, não há dispositivo de lei que assegure o direito ao recebimento de indenização em caso de desvio de função.

Tanto é que, embora alegue e funde a ação rescisória na violação a literal dispositivo de lei, a parte só se preocupa em demonstrar afronta à jurisprudência majoritária. Quer dizer, alega que há violação a literal dispositivo de lei, mas apenas aponta como violada jurisprudência majoritária e súmula do Superior Tribunal de Justiça.

O pleito consiste, na verdade, no confronto entre o acórdão impugnado e a jurisprudência dominante, o que, sob a égide do CPC revogado, não legitima a rescisão do julgado.

Vale dizer que, por **não haver dispositivo legal ou constitucional prevendo expressamente o direito que por ela está sendo postulado, não se pode entender que o acórdão, que nega esse direito, tenha violado expressamente literal dispositivo de lei, a ensejar o manejo de ação rescisória.**

Estar-se-ia utilizando a rescisória como apelação, hipótese não prevista dentre as elencadas no art. 966 (antigo art. 485) do CPC.

E ainda há uma segunda particularidade.

Compulsando os autos do processo eletrônico, vi que o autor da rescisória respondeu a um processo administrativo disciplinar na Universidade Federal do Rio Grande do Norte justamente por acumulação ilícita de cargos públicos. O autor acumulava os cargos de assistente de administração da UFRN, major médico na polícia militar do Estado do Rio Grande do Norte e um emprego de médico temporário num município daquele Estado.

O argumento de defesa por ele utilizado para justificar a legalidade dessa tríple acumulacão de cargos foi de que ele, embora fosse técnico em administração na UFRN, trabalhava como médico. Ou seja, ele defendia a possibilidade de acumulacão de cargos, sustentando-se justamente na atividade que efetivamente desenvolvia.

Ora, se houve desvio de função, no caso concreto está evidente que ocorreu no interesse do autor, já que isso lhe permitiu a ocupacão de outro cargo e emprego de médico na administração estadual e municipal, respectivamente. Admitir o recebimento de indenizacão pelo desvio de função seria premiá-lo, apesar da ilicitude de sua conduta.

No caso concreto, o conflito entre a vedacão ao enriquecimento sem causa e a proibicão de que se tire proveito da própria torpeza deve ser resolvido em prol da aplicacão do segundo princípio.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, por esses dois fundamentos, é que, pedindo todas as vênias ao relator, julgo improcedente a ação rescisória.

Como se vê, a análise comparativa entre a fundamentação adotada no julgado recorrido e aquela constante do apelo especial demonstra a total ausência de correlação lógica entre elas, a revelar estarem as razões recursais dissociadas dos fundamentos do acórdão, que entendeu incabível a Ação Rescisória por não reconhecer a presença das hipóteses do art. 485, V, do CPC/1973, ensejando a aplicação da Súmula 284 e 283/STF, ante a deficiência na argumentação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo. Nesse sentido: REsp 1.789.623/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 29/5/2019.

Além disso, na compreensão do STJ, não se presta a ação rescisória para corrigir interpretação equivocada de fatos, de forma que alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido da improcedência da ação rescisória, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial**, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator